

1 **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS**  
2 **DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FRANCA/SP – CMDCAF–**  
3 **13/03/2024. Ao dia treze de março de dois mil e vinte e quatro, às**  
4 **8h00, realizou-se a reunião em formato presencial na Secretaria de Ação**  
5 **Social - Salão (Endereço: Av. Champagnat, 1750 — Centro, Franca-SP,**  
6 **14400–320). A mesma foi coordenada pela presidente Vanessa Aparecida**  
7 **Barbosa Tristão, que saudou a todos e fez verificação do quórum.**  
8 **Estiveram presentes REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO: Rosemary**  
9 **Pellizaro da Silveira, Flávio Paulo de Faria, Manoel Ambrósio de Souza,**  
10 **Vanda Maria Pires Rodrigues; REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:**  
11 **Venilsa Almeida Costa, Cristina Alves Moreira, Alex do Vale, Mariana**  
12 **Coelho Rosa, Fernando César Garcia, Geovana Fuga Lima, Andreia Luzia**  
13 **Bernardes Inocêncio, José Cândido Chimionato, Sílvio Leme Napolitano.**  
14 **Como, convidados estiveram presentes:** Rafael Murari, Mariana Portione,  
15 Giovane Bionque . A reunião foi presidida pela presidente Vanessa Tristão que  
16 saudou a todos, verificou o quórum e fez as justificativas dos conselheiros  
17 ausentes: Ana Paula, Gislaine, Elloa, Maurício Gonçalves, Luis Claudio, Vilmar,  
18 Gabriela e Marcelo peraro. Inicialmente a presidente fez a leitura do Ofício –  
19 027/2024 – nch – da 10ª Promotoria de Justiça que trazia uma Recomendação  
20 ao trabalho do Conselho Tutelar; a presidente observou que não havia naquele  
21 momento a presença de nenhum conselheiro. O ofício com seu anexo foi lido na  
22 integra; em resumo, após as considerações normativas a Promotoria de Justiça  
23 recomenda-se aos Conselheiros Tutelares a abstenção da retirada de crianças  
24 de suas famílias, sem que haja determinação judicial, ressalvada a hipótese de  
25 acolhimento excepcional em casos de emergência, conforme art. 93 da lei  
26 8.069/1990. O documento solicita ainda ampla divulgação dessas informações.  
27 Após a leitura houve grande debate sobre a necessidade do trabalho da rede de  
28 proteção antes desta medida de proteção. Venilsa, colabora com a discussão  
29 trazendo a necessidade do trabalho da rede, a necessidade de trabalhar com os  
30 profissionais para que entendam que a criança seja protegida junto com sua  
31 família. A presidente frisou as “lacunas” dos atendimentos da rede e das  
32 dificuldades em se proteger as crianças; da demora nos atendimentos e no  
33 agravamento das situações durante o tempo de espera. Flávio frisou o quanto o

34 SIPIA deve contribuir nesse sentido, que esse dado trará para o Conselho essas  
35 falhas e o tempo que a rede de proteção demorará para atender. Cristina falou  
36 sobre a renovação do Conselho Tutelar e da importância deles trabalharem de  
37 maneira unificada, não terem entendimento diferente das situações; informa que  
38 presencia que os conselheiros muitas vezes sedem as pressões que sentem de  
39 outras políticas e que fazem a retirada de crianças de maneira desnecessária,  
40 frisa a necessidade de alinhamento entre eles. Cristina fala que já encaminhou  
41 solicitação de cadastro do Programa de Proteção para crianças que a Sociedade  
42 dos Cegos executa, que as crianças vão passar pelo programa buscando  
43 diminuir o acolhimento. Passando para o outro informe a presidente informou  
44 como aconteceu o 1º Encontro entre o Conselho Tutelar e a Educação, passou  
45 a palavra para a Andreia, membro da Comissão de Eventos que esteve presente;  
46 Andreia colocou das dificuldades no diálogo entre o Conselho Tutelar e a política  
47 de educação, que existem inúmeras lacunas a ser debatida e alinhada nessa  
48 relação e que diante dos questionamentos realizados pelos profissionais da  
49 educação não foi possível realizar todo o conteúdo necessário e que por isso foi  
50 agendado um 2º Encontro entre a rede escolar e o Conselho Tutelar. A  
51 conselheira Rosemary falou da importância do Conselho Tutelar e a Educação  
52 estabelecer os fluxos de atendimentos, para que a rede saiba “como fazer diante  
53 de cada situação”, construir algo que seja padrão. A conselheira Andreia informa  
54 que Rosemary encontrou em um ponto central, disse que os fluxos acontecem  
55 entre o Conselho e as políticas sociais, mas que são inúmeros e eles não se  
56 conectam, os fluxos não conversam. Geovana pede a palavra para falar que no  
57 dia 21/03/2024 terá também de manhã uma reunião da Escuta Especializada  
58 que tem representantes da saúde, da educação municipal e estadual, da  
59 assistência social, do Conselho Tutelar e que já existe um fluxo estabelecido e  
60 que o fluxo precisa estar alinhado, questiona que no dia 21 terá uma reunião  
61 para alinhar o fluxo e que no mesmo dia a tarde também? Geovana fala que se  
62 o fluxo já existe, é preciso apenas alinhar. Vanessa trata que nesse momento a  
63 Capacitação com SENAC tem por objetivo capacitar a rede sobre o trabalho do  
64 Conselho Tutelar, que para se estabelecer o fluxo é preciso compreender o papel  
65 do Conselho, que o fluxo será estabelecido após essa compreensão. Vanessa  
66 colocou da dificuldade dos profissionais de educação tem em compreender o

67 trabalho do Conselho, isso porque por muitos anos o Conselho Tutelar atendeu  
68 todas as demandas da infância e dos adolescentes da educação que fugia do  
69 contexto pedagógico, que o Conselho assumiu por muitos anos todas as  
70 intercorrências que aconteciam no ambiente escolar e que romper com essa  
71 visão será desafiadora, até porque tem ações que se o Conselho não realizar  
72 não tem serviço público ou política pública que absorva essa demanda; então  
73 coloca como importante o encontro do Conselho com a educação para que seja  
74 levantada todas essas lacunas, todas as demandas que a escola tem  
75 dificuldades de atender para que o Conselho consiga pensar nos serviços  
76 necessários para a proteção social, e defender que o Conselho faça o trabalho  
77 que realmente é dele. A presidente coloca que a reunião no dia 29/02 foi muito  
78 difícil, que os conselheiros se sentiram muito insultados, mas foi um momento  
79 de escuta importante, era necessário escutar o desconforto da rede de educação  
80 pois o que se percebeu é que a criança tem ficado entre a escola e o Conselho  
81 Tutelar, mas estão sem atendimento, que esse dado é importante. Diante dessa  
82 situação a presidente informou que no próprio dia 29/02 perguntou aos  
83 profissionais que se depois da exposição deles quanto ao descontentamento do  
84 trabalho do Conselho Tutelar se a gente poderia agendar um outro encontro para  
85 poder finalizar a programação daquele dia e os profissionais aceitam; então  
86 agora a comissão vai organizar esse próximo encontro. Após os Informes a  
87 presidente seguiu com a pauta e passou para as deliberações; inicialmente  
88 indagou se as atas das reuniões de 07 e 28 de fevereiro foram lidas, os  
89 conselheiros afirmaram que realizaram a leitura; a presidente indagou se havia  
90 alguma dúvida, alguma contribuição e ninguém se manifestou, diante disso  
91 Vanessa perguntou se elas estavam aprovadas e o colegiado aprovou por  
92 unanimidade, sem abstenções. Em seguida passou a palavra para Cristina que  
93 apresentou o parecer de Cadastro da OSC IANSA, informou que a instituição  
94 cumpriu todas as etapas previstas no plano de trabalho; explicou que o IANSA  
95 tem um projeto para atender crianças, adolescente e familiares crianças com  
96 doenças de alta complexidade e que deu parecer favorável ao cadastro, já que  
97 os documentos foram analisados pela secretaria executiva. Dessa forma foi  
98 perguntada ao colegiado se estes estavam de acordo com o parecer da Cristina,  
99 membro da Comissão de Cadastro, foi indagado se alguém tinha alguma dúvida

100 e sobre o trabalho não houve questionamentos, desta forma foi deliberado por  
101 unanimidade o cadastro do IANSA; Cristina pediu para salientar da dificuldade  
102 em fazer a análise dos planos de trabalho que mandam as informações  
103 necessárias, mas que não cumprem com o roteiro proposta pela resolução.  
104 Vanessa disse que para acabar com essa prática a Comissão pode devolver o  
105 Plano de Trabalho e solicitar o encaminhamento conforme a resolução e  
106 cadastro. Cristina pediu a palavra para agradecer o tempo que passou no  
107 Conselho, mas disse que é coordenadora na Sociedade de Instrução par Cegos  
108 e que isso demanda muito tempo dela e ela percebe que o Conselho precisa de  
109 alguém com mais disponibilidade por isso encaminhou um ofício informando seu  
110 desligamento e a indicação do Rafael Murari na suplência das Entidades Sociais  
111 no Conselho. A presidente Vanessa acolheu o Rafael Murari que estava presente  
112 na reunião e o convidou a substituir Cristina na Comissão de Cadastro; o mesmo  
113 manifestou aceitar o convite. Cristina ainda falou que vai fazer a análise do  
114 Cadastro do CIEE, informou que fez já a análise do Plano de Trabalho, entretanto  
115 não recebeu o relatório de atividades; mas se comprometeu a fazer antes da  
116 próxima reunião ordinária. A presidente passou a palavra para Venilsa passou o  
117 parecer do Plano de Trabalho da Família Acolhedora desenvolvida pela FEJI; a  
118 conselheira fez a leitura do seu parecer, também sugerindo o cadastro do serviço  
119 de acolhimento, a presidente indagou aos conselheiros presentes se o cadastro  
120 estava aprovado e o mesmo foi aprovado pelo colegiado, sem ressalvas. Após  
121 a aprovação do Cadastro do IANSA, a conselheira Venilsa informou que está  
122 trocando de trabalho e que não poderá participar das Comissões de trabalho,  
123 solicitou afastamento das Comissões. Neste momento a presidente informou que  
124 iria conduzir os tópicos 3.3 Logo do CMDCAF e a montagem da Comissão de  
125 Acompanhamento do Plano Decenal, devido ao adiantado da hora para que  
126 pudessem ver a apresentação da Dra. Marisa Brunherotti que iria apresentar o  
127 trabalho desenvolvido em parceria com a Pastoral do Menor o Centro de  
128 Atendimento Integral à Primeira Infância cujo objetivo é atender crianças  
129 prematuras e seus cuidadores pós alta hospitalar, sobretudo atender crianças  
130 que não tem uma doença congênita e que por isso não são absorvidas pelo  
131 atendimento de saúde do ACAR, o objetivo é acompanhar o desenvolvimento  
132 desta criança, prevenindo o retardo no desenvolvimento e atuando de maneira

133 rápida, o Centro de atendimento conta com profissionais de psicologia,  
134 fisioterapia, serviço social, terapeuta ocupacional; atende crianças da Santa  
135 Casa e também do HapVida, totalmente gratuito e sem restrições no acolhimento  
136 da demanda, não há necessidade de encaminhamento; entretanto como  
137 trabalhou na Santa Casa já estabeleceu um fluxo de encaminhamento entre eles  
138 e o Centro. Dra. Marisa apresentou a missão do Centro, os benefícios para o  
139 desenvolvimento da criança, a parceria que tem com voluntários estudantes da  
140 UNIFRAN, foi apresentado um vídeo realizado com as famílias das crianças  
141 atendidas com depoimento do impacto do atendimento sobretudo na vida das  
142 crianças e de suas mães, posteriormente a apresentação Dra. Marisa abriu para  
143 perguntas, tirou algumas dúvidas sobre o local do atendimento, foi parabenizada  
144 por todos os conselheiros, a presidente solicitou para a Dra. Marisa o  
145 encaminhamento dos documentos para a realização do cadastro, inclusive para  
146 que a partir deste a mesma possa se regularizar e também concorrer nos  
147 chamamentos públicos realizados pelo CMDCAF, após a saudação e  
148 parabenização do trabalho realizado pela Dra. Marisa a presidente encerrou a  
149 reunião, assim eu, Vanessa AP. Barbosa Tristão lavrei a presente ata que segue  
150 assinada por lista de presença.